



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos de São Paulo”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A–Petrobrás, realizada na cidade de Guararema, no dia 04 de março de 2008.

Realizou-se, no dia 04 de março de 2008, no Teatro Municipal José Luiz Alvino de Souza, Rua Major Paula Lopes, 35, Centro, Guararema-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A-Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Dando início aos trabalhos, a Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas a todos os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Vereador Jacy de Pádua –, dos representantes dos órgãos públicas, das organizações da sociedade civil e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar desta audiência sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Plano Diretor de Dutos”, de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S/A-Petrobrás (Proc. SMA 13.853/2006). Depois de explicar que a audiência pública era um dos momentos do licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos de licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de serem incorporadas ao projeto, o Secretário-Executivo do Consema, depois de expor, resumidamente, as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas, compôs a Mesa dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Eng^a Sílvia Romitelli. Passou-se à etapa da audiência em que se manifestam os representantes do empreendedor e os da empresa de consultoria responsável pelos estudos ambientais. Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamento da Petrobrás, ofereceu um breve histórico sobre a empresa, os objetivos desse projeto e sua relevância do ponto de vista sócio-econômico e ambiental nos contextos brasileiro e internacional. Gustavo de la Reza, representante da Habitec, empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA, ofereceu informações detalhadas sobre as análises constantes desses documentos, as quais dão conta da especificidade do empreendimento, dos impactos que causará e das medidas e programas que serão implementados com vistas a sua prevenção e/ou mitigação. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes das organizações da sociedade civil: Béria Scheidt Rocha, representante do Conselho de Saúde – Segmento Trabalhadores na Saúde, comentou que seu desejo era que a Petrobrás fosse parecida desse Conselho no que concernia à saúde do trabalhador e da população, contribuindo, juntamente com a Santa Casa e a Secretaria de Saúde do Município, que ela fosse tratada de forma objetiva e preventiva. Reynaldo Garcia, representante do Rotary Clube no Conselho Municipal de Saúde, solicitou fossem fornecidas as seguintes informações: 1) sobre o percurso que seria utilizado para o transporte dos equipamentos dos dutos, ou seja, se ele percorreria o centro da cidade ou se seria utilizado algum acesso, e se esse transporte já foi agendado com o Poder Público; 2) se a Petrobrás já entrara em entendimento com a Santa Casa de Misericórdia com vistas ao atendimento do acréscimo da demanda pelos serviços de saúde, educação e creche que será criada com a vinda dos trabalhadores para execução dessa obra; 3) sobre o modo como serão definidos os acessos de modo a não prejudicar a passagem dos dutos; 4) sobre a possibilidade de se realizar uma discussão para esclarecer cada uma dessas questões e apresentar solução para a situação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de cada um dos proprietários que serão desapropriados, levando-se em conta suas particularidades. Jorge Alberto Ferreira dos Santos, representante da Pastoral Social da Igreja Católica “Caritas”, depois de solicitar fossem realizadas outras audiências públicas, porque, como se sabia, essa obra causará impactos não só ambientais como também econômicos e sociais, e se fazia necessário que eles fossem discutidos com a população, porque, embora os estudos tenham sido elaborados por mestres e doutores, eles não faziam parte da comunidade nem conviveriam com esses problemas, comentou: 1) que passaria a fazer parte da comunidade os trabalhadores que executarão a obra, o que, sem dúvida, causará um impacto social muito forte nos Municípios, pois suas ruas e avenidas não foram preparadas para suportar um trânsito pesado e intenso, como o que já estava ocorrendo; 2) que chamava atenção também para o impacto que seria provocado na economia local, e lembrava a todos que, há trinta anos, quando foi construída outra obra da Petrobrás, com a chegada das famílias dos trabalhadores os aluguéis subiram, o que fazia com que, em Guararema, ainda hoje os aluguéis fossem os mais caros da região, e eles aumentarão, agora, mais ainda, com a intensificação da demanda por moradia, pois os proprietários já estavam reformando suas casas para alugar e outras pessoas já estavam pensando em montar comércios, e todas essas mudanças gerarão um impacto muito forte, que era necessário fosse discutido com a sociedade civil organizada, ou seja, era preciso que se convocasse todos os segmentos representativos da sociedade local para discutir essas questões em fóruns ou seminários, para que amanhã, quando as cortinas fecharem, as máquinas pararem e as empresas prestadoras de serviço forem embora, as pessoas não fiquem, como disse nosso poeta Carlos Drummond de Andrade, olhando umas para as outras e dizendo “e, agora, José?, a festa acabou (...)”, pois restarão apenas a devastação e o desemprego daqueles que vierem para o Município trabalhar na execução dessa obra; 3) que aqueles que estavam pensando no desenvolvimento sustentável para o Município era preciso, nesse momento, ter atenção voltada para sua sustentação econômica, social e ambiental, e tal perspectiva deveria ser discutida por toda a sociedade, e não somente por técnicos e engenheiros, doutores e mestres, pois tudo parecia muito bonito no “data-show”, e que, se isso não ocorrer, só há um caminho a ser percorrido, que era apelar para o Ministério Público. João Augusto da Silva, representante da entidade Pérola Viva, comentou: 1) que era muito legal ver Guararema como um centro de distribuição de petróleo no Brasil, o que contribuía para tornar o Estado de São Paulo o mais desenvolvido da nação e ela uma das cinco principais cidades, mas que, na década de 70, se ouvia falar a mesma coisa, mas não em audiência pública, porque, naquela época, a Secretaria de Meio Ambiente não tinha de apresentar todos esses dados e promover essas audiências para licenciar uma obra; 2) que as pessoas que viviam em Guararema perceberam que, desde aquele momento, aumentou o número de assalto, ou seja, aumentou a violência, e que, portanto, os serviços de segurança pública e de saúde foram muito afetados, pois a Santa Casa não estava preparada para atender a demanda aumentada que então surgiu; 3) que os aluguéis naquela ocasião também subiram, pois os proprietários haviam investido nas suas casas; 4) que, ao chegarem as empreiteiras, entre as quais a Mendes Júnior, a Petrobrás delegou suas tarefas, e cada uma dessas empresas montou seu canteiro, o que deu lugar ao surgimento de prostituição, favelinhas e barzinhos, e que todas as pessoas que trabalhavam com a história de Guararema possuíam esses levantamentos; 5) que a cidade de Guararema era uma das mais antigas do Planalto Paulista, refletindo a história do Brasil, possuindo uma igreja construída sob orientação dos jesuítas, em 1652, além de vários sítios arqueológicos, um deles encontrado pela Petrobrás, o qual poderia ser localizado pela internet, e que se tratava de dum sítio pré-colombiano com mais de 2 mil anos e dos quais foram encontrados mais de 2 mil fragmentos, os quais foram



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

encaminhados para a Universidade de Santos e, até hoje, a seu respeito não se teve mais informações;

6) que precisava se ter certeza de que a Petrobrás daria suporte a esses sítios para que sejam resgatados e que a população tenha acesso a esse trabalho. Iyá Sandra Medeiros Epega, representante da entidade Iie Leuiwyato – Templo de Tradição Orixá, depois de declarar que era sacerdotisa da tradição de Orixá, comentou que tinha uma série de preocupações, entre as quais: 1) em relação à infra-estrutura local, pois, embora tenham sido citados os impactos que essa infra-estrutura sofrerá, isso a preocupava muito; 2) que a Petrobrás tinha-se manifestado, mas não era ela que permaneceria no Município, e, sim, as empreiteiras, com as quais a população não tinha nenhum compromisso, e vice-versa; 3) que essas empreiteiras chegavam, realizavam o serviço e iam embora, e o que faziam de errado não será de responsabilidade nem da Petrobrás nem de ninguém, mas as consequências recaíam sobre a população; 4) que falava em nome de uma comunidade religiosa em cujo âmbito recaíam os problemas sociais, econômicos e religiosos, e o fato de conhecer em profundidade esses problemas lhe dava direito de discuti-los; 5) que a vinda da mão-de-obra de fora criava uma série de consequências para a cidade e que sequer ouviu referências a projetos para criação de uma mão-de-obra local e para a qualificação daquela que existente, embora essa negociação já devesse ter ocorrido, pois o início da execução da obra estava previsto para o fim deste ano e acreditava que até não era mais exequível se promover essa qualificação; 6) que viveu, na década de 70, em Guararema, e conhecia um grande número de pessoas filhas da Petrobrás, e preocupava-se muito com esse fato como mulher e mãe, pois um grande número de meninas e moças ficavam grávidas depois que as empreiteiras iam embora, e ninguém era responsável por isso; 7) que deveriam ser oferecidas informações sobre: a) os locais onde seriam instalados alojamentos e acantonamentos e era importante fossem eles construídos fora do perímetro da cidade, mas se preocupava com as alterações que os esgotos desses locais sofreriam; b) sobre a movimentação nesses lugares, e não se deveria esquecer que as estradas que levavam à Petrobrás não possuíam acostamentos, pois até hoje essa empresa não se preocupou em construí-los, e era extraordinário o número de cruzes que havia em todo o seu trajeto; 8) que se preocupava com os impactos que seriam causados na infra-estrutura local, e lembrava a todos que há alguns anos era comum a cidade amanhecer, aos sábados e domingos, sem luz e sem água em decorrência do intenso uso desses recursos por aqueles que executavam as obras da Petrobrás, embora a população local enfrentasse muita dificuldade para ver atendido um pedido seu de que fosse colocada mais uma lâmpada em alguma rua, embora houvesse escuridão, pois, para tanto, se fazia necessária a adoção de uma série de procedimentos. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Cássio Vechiatti comentou: 1) que eram dúbias algumas marcações das áreas e estas deveriam ser dirimidas, pois, na última marcação apresentada, havia inconsistência principalmente em relação às informações sobre a prevenção de erosão; 2) que, em relação à segurança pública, a Petrobrás deveria informar se faria alguma coisa para garanti-la, pois se sabia da precariedade e da vulnerabilidade das pessoas que trabalhavam nessa área; 3) que pedia informações sobre a quem se dirigir para ver respondidos esses questionamentos, principalmente no que dizia respeito à erosão, levando-se em conta que algumas fotos apresentadas durante essa audiência eram anteriores àquelas utilizadas em outras reuniões, criando-se uma inconsistência entre elas. Sarah Alves de Siqueira Franco comentou que se deveria explicar a população em que consistia o plano de emergência que seria utilizado se, por acaso, ocorrer algum acidente na operação desses dutos. Rubens Ascher, depois de declarar que as pessoas que o antecederam já haviam esgotado todas as preocupações da comunidade, embora, com certeza, se instalaria esse empreendimento quisessem as pessoas ou não, e de que sua presença nessa audiência



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tinha a finalidade de alertar as pessoas que não tinham experiência com os impactos ambientais comentou: 1) que, ao consultar o EIA/RIMA desse empreendimento, verificou que a Petrobrás se utilizava de fotos feitas em 2006, o que revelava que ela não teve nenhum critério ao examinar o material utilizado pela empresa de consultoria ao elaborar esse estudo, e isso fornecia indícios sobre as dificuldades que se enfrentaria na convivência com essa empresa; 2) que viveu uma experiência idêntica ao ligar para o número 0800 constante do folheto distribuído por essa empresa, pois, ao ser atendido, foi direcionado para outro número 0800, e, ao tentar entrar em contato com o seu ouvidor, também não teve sucesso, e que comunicou esse fato à Petrobrás, a qual também não lhe deu ouvidos; 3) que esperava após essa reunião que alguém orientasse sobre a quem deveria dirigir-se para obter algumas informações. Sebastiana Carneiro do Nascimento igualmente declarou que já haviam sido dirimidas todas as suas dúvidas, mas, mesmo assim, como era vizinha dessa empresa, pois a faixa passaria exatamente em cima de sua casa, pedia informações a respeito de quando os representantes dessa empresa procurariam os vizinhos da obra para explicar o lhes aconteceria, ou seja, se eles permanecerão ou não no mesmo local ou se serão removidos. Hélivio Tochi comentou: 1) que, embora nada mais tivesse a dizer, pedia informações mais detalhadas sobre a Lei nº 11.428 – e foram citadas várias leis, mas de forma apressada, de modo que não obteve idéia sobre o conteúdo de cada uma -, apenas em relação a esta que, a seu ver, dizia respeito à compensação ambiental, que, segundo ela, deveria ser feita em área de mesma extensão e localizada na mesma bacia hidrográfica, o que o levava a perguntar se essa área já havia sido identificada; 2) que, por seus cálculos, a área que seria ocupada pela Petrobrás possuía 660 mil metros quadrados, mas tinha dúvidas acerca da extensão da área central, onde passaria a tubulação. Sílvia Satie Auwahara, depois de declarar que representava alguns proprietários que não residiam em Guararema, e, sim, em São Paulo, comentou: 1) que sabia da existência de uma planta do Município de Guararema que demonstrava por onde esses dutos passariam, mas, em relação às construções, não havia informações a respeito de quantas seriam retiradas, ou seja, quantas famílias seriam desapropriadas e o valor a ser pago pela indenização ou qual o critério que seria utilizado para tanto e quando isso ocorreria, se no momento da desapropriação ou se seria necessário acionar-se judicialmente a Petrobrás para que isso ocorresse; 2) que, em relação às áreas que seriam cindidas, perguntava se seria ou não pago aos proprietários o direito de passagem ou de que modo isso se daria. Ao final propôs fosse marcada uma audiência específica com os moradores que seriam desapropriados durante a qual fossem oferecidas todas as informações a esse respeito, e, com base nelas, se elaborasse uma ata e a publicasse em jornal oficial da região. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Jacy de Pádua, Vereador do Município de Guararema, comentou: 1) que tudo o que poderia ser questionado praticamente já o fora e ratificava todos esses questionados, principalmente as manifestações dos Senhores Jorge Alberto Ferreira Santos e Iyá Sandra Medeiros; 2) que os proprietários que, certamente, serão prejudicados com essa desapropriação, precisamente porque são sítiantes, são pessoas que vivem de suas terras há quarenta, cinquenta anos, e que, por esse motivo, a Petrobrás deveria com eles se reunir e estabelecer uma negociação honesta, inclusive pelos anos de trabalhos despendidos, pois ressarcir-los só do ponto de vista material será insuficiente, até mesmo porque essas desapropriações poderão contribuir para inflacionar ainda mais os valores dos imóveis que poderão ser adquiridos por aqueles que forem desapropriados; 3) que, como parte do Poder Legislativo, tinha o dever de defender os interesses desses munícipes. Passou-se à etapa das replicas: Alfredo Alves da Fonseca, Gerente de Estudos e Acompanhamentos da Petrobrás S/A, esclareceu: 1) que os estudos feitos pela consultoria demonstraram que uma série de impactos será causada no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

curso da implantação desse empreendimento e que a Petrobrás estava preocupada com eles e já adotou ações com vistas à sua mitigação de modo a torná-los os menores possíveis; 2) que, em relação ao aumento do trânsito na cidade, a Petrobrás buscará rotas alternativas para o transporte das cargas e dos equipamentos e já buscava firmar parcerias com o Poder Público local com a finalidade de atender as demandas que seriam criadas; 3) que a Petrobrás possuía sua equipe de engenharia que estaria à frente na condução do processo de implantação desses dutos e contrataria algumas empresas para executar determinadas obras, exigindo delas algumas condicionantes, entre as quais que seus funcionários utilizem convênios para serem amparados na área da saúde; 4) que essas empresas terão em seu canteiros serviços de atendimento e primeiro-socorros para os acidentes menos graves e, para aqueles mais sérios, a partir de parceria a ser firmada com o Poder Público local, o atendimento seria dado pelas instituições e serviços existentes no Município; 4) que o traçado já começou a ser definido a partir de estudos macros, os quais levavam em conta os meios físico e biótico e a população existente, e que, com base nos vãos altos e baixos, se procederam as micro-localizações e, a partir dela, se faria o cadastramento das propriedades que seriam atingidas pelo projeto e contatados os proprietários e oferecidas as informações jurídicas e todas que se fizerem necessárias para a averbação das propriedades; 5) que, no Município de Guararema, seriam atingidas cerca de cinquenta propriedades, e não se sabia ainda entre estas quantas seriam realmente desapropriadas, mas se sabia que, com um grande número deles, será firmado contrato de servidão pela passagem do duto, e seus proprietários podem nelas permanecer, mas serão indenizados por essa passagem, e que as negociações se iniciarão ainda no mês de março e elas serão amigáveis, de modo a que os proprietários as reconheçam satisfatórias; 6) que a avaliação pelo setor jurídico da Petrobrás será feita com base nesse cadastramento, pois dele constará a situação jurídica e física do imóvel, dados estes necessários para que se inicie o processo de negociação, inclusive com os proprietários que residem em outros Municípios, pois eles igualmente serão contatados; 7) que a responsabilidade social que a Petrobrás divulga em seus planos e programas será compartilhada pelas empresas que serão contratadas, as quais terão de implementar programas educacionais de modo a evitar que se repitam alguns problemas citados durante a reunião, e esses depoimentos da sociedade civil podem contribuir muito para melhorar o relacionamento da Petrobrás com a comunidade; 8) que, em relação aos trajetos, eles já foram definidos, mas podem ocorrer alterações pontuais por aspectos que não foram anteriormente percebidos; 9) que, em relação à segurança pública, a Petrobrás está sensibilizada com suas condições; 10) que, com relação aos impactos ambientais e sociais, se tentará, como já dito, minimizá-los. Ao final, declarou que a comunidade nessa audiência muito contribuiu e que pedia a todos os proprietários que preenchessem os formulários que lhes serão encaminhados. Gustavo de La Reza, representante da Habitec, esclareceu: 1) que grande parte dos comentários feitos dizia respeito à etapa da construção da obra, que era a mais complicada, como, por exemplo, a contratação de trabalhadores de fora e as suas conseqüências sobre o cotidiano da cidade, que era uma preocupação legítima da comunidade e que já foi identificada nos estudos e para cuja mitigação serão adotadas algumas medidas; 2) que, em relação à contratação da mão-de-obra, seu número será inferior a 1 mil; 3) que o estudo identificou a necessidade de mão-de-obra local, com o objetivo de dar emprego à população de Guararema e minimizar os problemas decorrentes da vinda de trabalhadores de outros Municípios que, depois de concluída a obra, se não continuarem empregados, poderão contribuir para o surgimento de problemas sociais; 4) que igualmente foram contemplados pelos estudos a preocupação da comunidade com os reflexos da execução dessa obra na infraestrutura local, principalmente nos serviços de saúde e educação; 5) que está igualmente contemplada



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

pelos estudos a questão dos acessos aos terminais e encontra-se em exame a possibilidade de serem criadas rotas alternativas; 6) que a Petrobrás está igualmente preocupada em reforçar a segurança local e os serviços de saúde, mas que todas essas medidas serão detalhadas na fase posterior do licenciamento; 7) que serão preservados todos os sítios arqueológicos que forem identificados na área de abrangência do empreendimento; 8) que será cumprida a legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que determina que um percentual do valor da obra seja destinado a uma unidade de conservação existente na área de abrangência do empreendimento. A Eng^a Sílvia Romitelli ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que esse empreendimento se encontrava na fase inicial do licenciamento, que era coordenada pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, e que consistia na análise do EIA/RIMA, documento este que embasará a discussão que se fará hoje; 2) que, concluída essa análise, esse órgão ambiental elaborará um parecer, do qual constarão os pareceres emitidos pelos outros órgãos ambientais que fazem parte do licenciamento – entre outros, aquele que cuida da vegetação, fauna e flora, que é o Departamento de Proteção dos Recursos Naturais-DEPRN, a Coordenadoria de Recursos Hídricos, e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-Cetesb, que trata dos resíduos sólidos e da poluição das águas e do ar, e a ata dessa audiência pública com os subsídios colhidos na oitiva à população; 3) que, com base nesse material, esses órgãos elaborarão pareceres com indicação da viabilidade ou inviabilidade ambiental do empreendimento, e esse parecer será encaminhado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema, que sobre ele se debruçará, em uma reunião, com o objetivo de examinar a sustentação da indicação oferecida pelos órgãos ambientais acima referidos e que participam do licenciamento; 4) que, se reconhecida a viabilidade ambiental, esse órgão, através de deliberação, concederá a licença prévia, a qual não concede o direito de o empreendedor construir, mas tão somente permite que se dê continuação ao processo de licenciamento; 3) que, nas fases subseqüentes, que são a da concessão da licença de instalação e de funcionamento, será o DAIA e a Cetesb quem as concederão, momento em que serão detalhados tanto o projeto como os programas ambientais, e essas licenças permitirão que se inicie a construção do empreendimento, que será acompanhada do ponto de vista ambiental, ou seja, se estão sendo executados tanto os programas ambientais como as determinações, recomendações e condicionantes estabelecidas pelo EIA/RIMA, pelos pareceres e pela deliberação tomada pelo Consema. Passou-se à etapa da audiência em que se manifestam os representantes do empreendedor e os da empresa de consultoria responsável pelos estudos ambientais. O Secretário-Executivo do Consema declarou terem sido seguidas as etapas das audiências e informou que todas as pessoas que desejarem ainda contribuir para o aprimoramento desse projeto terão até o dia 18 de março para fazê-lo, ou encaminhando sua contribuição, pelos Correios, para a Secretaria-Executiva do Consema ou protocolando-a diretamente nesse setor. Depois de agradecer, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos, declarou encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema, lavrei a assino a presente ata.